

Jornal Oficial

da União Europeia

C 282

50.º ano

Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

24 de Novembro de 2007

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
II	<i>Comunicações</i>	
COMUNICAÇÕES ORIUNDAS DAS INSTITUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO EUROPEIA		
Comissão		
2007/C 282/01	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	1
2007/C 282/02	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	5
2007/C 282/03	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4696 — KKR/Harman) ⁽¹⁾	7
2007/C 282/04	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4772 — Carlyle/Zodiac Marine) ⁽¹⁾	7
2007/C 282/05	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4847 — Ineos/Champagne Céréales/Thywissen/JV) ⁽¹⁾	8
2007/C 282/06	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4863 — Bain Capital/American Standard) ⁽¹⁾	8
2007/C 282/07	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4895 — Mol/Italiana Energia e Servizi) ⁽¹⁾	9
2007/C 282/08	Não oposição a uma concentração notificada (Processo COMP/M.4766 — Flextronics/Solectron) ⁽¹⁾	9

PT

IV *Informações*

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DAS INSTITUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO EUROPEIA

Conselho

2007/C 282/09	Decisão do Conselho, de 19 de Novembro de 2007, que nomeia os membros efectivos e os membros suplentes do Conselho de Direcção da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	10
2007/C 282/10	Decisão do Conselho, de 19 de Novembro de 2007, que nomeia um membro do Comité Consultivo da Agência de Aprovisionamento da Euratom	14
2007/C 282/11	Decisão do Conselho, de 16 de Novembro de 2007, relativa à manifestação «Capital Europeia da Cultura» para o ano de 2011	15
2007/C 282/12	Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 16 de Novembro de 2007, sobre uma abordagem transversal da política da juventude para que os jovens possam realizar o seu potencial e participar activamente na sociedade	16

Comissão

2007/C 282/13	Taxas de câmbio do euro	20
---------------	-------------------------------	----

V *Avisos*

PROCEDIMENTOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA

Comissão

2007/C 282/14	Auxílio estatal — Polónia — Auxílio estatal C 48/07 (ex NN 60/07) — Auxílio estatal aos produtores de tubos WRJ e WRJ-Serwis — Convite para apresentação de observações nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	21
2007/C 282/15	Notificação prévia de uma concentração (Processo COMP/M.4927 — Carlyle/INEOS/JV) ⁽¹⁾	29

OUTROS ACTOS

Comissão

2007/C 282/16	Publicação de um pedido de registo em conformidade com o n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 510/2006 do Conselho relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios	30
---------------	--	----



⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

II

(Comunicações)

COMUNICAÇÕES ORIUNDAS DAS INSTITUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS DA
UNIÃO EUROPEIA

COMISSÃO

**Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º
do Tratado CE****A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções**

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/01)

Data de adopção da decisão	19.7.2006
Número do auxílio	N 247/06
Estado-Membro	Polónia
Região	Dolnośląskie
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Lucky SMT Sp. z o.o.
Base jurídica	<p>— Umowa inwestycyjna zawarta w dniu 30 listopada 2005 r. między i) Ministerstwem Gospodarki Rzeczpospolitej Polskiej; ii) Ministerstwem Transportu i Budownictwa Rzeczpospolitej Polskiej; iii) Agencją Rozwoju Przemysłu S.A.; iv) Miastem Wrocław; v) Gminą Kobierzyce; vi) Powiatem wrocławskim; vii) Samorządem Województwa Dolnośląskiego; viii) Polską Agencją Informatyki i Inwestycji Zagranicznych S.A. — z jednej strony a ix) Dae Yang Electronics Co., Ltd i x) Lucky SMT Sp. z o.o. — z drugiej strony.</p> <p>— Artykuł 80 ustawy o finansach publicznych z dnia 26 listopada 1998 r.</p> <p>— Uchwała Rady Ministrów nr 273/2005 z dnia 18 października 2005 r.</p> <p>— Umowa o dofinansowanie między Ministerstwem Gospodarki a Lucky SMT z dnia 30 listopada 2005 r.</p> <p>— § 1, § 2.1 pkt 5, § 3, § 4, § 6 i § 7 Uchwały Sejmiku Województwa Dolnośląskiego z dnia 31 marca 2005 r. w sprawie określenia szczegółowych zasad i trybu umarzania wierzytelności Terenowego Funduszu Ochrony Gruntów Rolnych Województwa Dolnośląskiego z tytułu należności pieniężnych, do których nie stosuje się przepisów ustawy — Ordynacja podatkowa, udzielania innych ulg w spłaceniu tych należności oraz wskazania organów do tego uprawnionych</p>
Tipo de auxílio	Auxílio individual
Objectivo	Desenvolvimento regional, emprego
Forma do auxílio	Subvenção directa, dedução fiscal, transacção em condições diferentes do mercado

Orçamento	Montante global do auxílio previsto: 3,92 milhões PLN
Intensidade	6,31 %
Duração	Até 31.12.2017
Sectores económicos	Indústria transformadora
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	—
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção da decisão	27.6.2007
Número do auxílio	N 749/06
Estado-Membro	Suécia
Região	—
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Sjöfartsstöd
Base jurídica	Ändring i förordningen (2001:770) om sjöfartsstöd
Tipo de auxílio	Regime
Objectivo	Desenvolvimento sectorial
Forma do auxílio	Reduções fiscais, redução das contribuições para a segurança social
Orçamento	Montante global do auxílio: 1 800 milhões de SEK (200 milhões de EUR)
Intensidade	100 %
Duração	1.3.2007-17.1.2011, operações domésticas de transporte marítimo sujeitas a concurso público, a partir de 1.1.2009
Sectores económicos	Código NACE: I0611 — Transportes marítimos
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	Rederinämnden Box 11125 S-404 23 Göteborg
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção da decisão	23.10.2007
Número do auxílio	N 208/2007
Estado-Membro	França
Região	—
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Garantie de l'État pour des dommages causés à des tiers dans le cadre d'opérations spatiales
Base jurídica	Projet de Loi relatif aux opérations spatiales
Tipo de auxílio	Regime de auxílios
Objectivo	Desenvolvimento sectorial
Forma do auxílio	Garantia
Orçamento	—
Intensidade	—
Duração	—
Sectores económicos	Transportes aéreos
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche
Outras informações	A França notificará novamente a medida no prazo de dez anos a contar da entrada em vigor da lei

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção da decisão	25.9.2007
Número do auxílio	N 475/2007
Estado-Membro	Irlanda
Região	—
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	National Broadband Scheme
Base jurídica	The Ministers and Secretaries (Amendment) Acts, 1924-2007 (as amended by S. I. 300/2002 Communications, Energy and Geological Survey of Ireland (transfer of Departmental Administration and Ministerial Functions) Order 2002), the National Development Plan (2007-2013) and the National Strategic Reference Framework for Ireland — EU Regional Policy 2007-2013
Tipo de auxílio	Auxílio individual
Objectivo	Desenvolvimento sectorial, desenvolvimento regional
Forma do auxílio	Subvenção directa
Orçamento	—

Intensidade	—
Duração	1.8.2008-31.12.2013
Sectores económicos	Correios e telecomunicações
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	Department of Communications, Energy and Natural Resources 29-31 Adelaide Road Dublin 2 Ireland
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/02)

Data de adopção da decisão	12.9.2007
Número do auxílio	N 76/07
Estado-Membro	República da Áustria
Região	—
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Österreich, Verlängerung des ERP-Verkehrsprogramms
Base jurídica	Allgemeine Bestimmungen für die ERP-Programme der Sektoren Tourismus, Landwirtschaft, Forstwirtschaft und Verkehr
Tipo de auxílio	Regime de auxílios
Objectivo	Investimentos realizados pelas empresas do sector dos transportes (equipamento de manutenção e material especializado para o transporte intermodal, bem como infra-estruturas) que contribuem para a transferência do transporte rodoviário para o ferroviários ou por via navegável, ou que ajudam a completar a cadeia de transporte, bem como a utilização de novas tecnologias
Forma do auxílio	Empréstimo subvencionado
Orçamento	Até cerca de 5 milhões de EUR de empréstimos bonificados por ano (ou seja, cerca de 0,6 milhões de EUR em equivalente-subvenção bruto)
Intensidade	20 % dos custos elegíveis e 30 % (brutos) no caso de acumulação com outra fonte de subvenções
Duração	1.1.2007-31.12.2011
Sectores económicos	Transporte combinado e navegação interior
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	—
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

—

Data de adopção da decisão	25.6.2007
Número do auxílio	N 212/07
Estado-Membro	Espanha
Região	Castilla y León
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Prórroga para 2007 del régimen de ayudas N 203/02: Ayuda para la adquisición de automóviles, furgonetas y motocicletas de propulsión eléctrica o híbrida
Base jurídica	Orden de la Consejería de Industria, Comercio y Turismo por la que se convocan subvenciones para la adquisición de automóviles, furgonetas y motocicletas de propulsión eléctrica o híbrida

Tipo de auxílio	—
Objectivo	Protecção do ambiente
Forma do auxílio	—
Orçamento	100 000 EUR
Intensidade	Parcialmente sem auxílio; parcialmente com auxílio de intensidade máxima 30 %
Duração	1.1.2007-31.12.2007
Sectores económicos	—
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	—
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção da decisão	23.10.2007
Número do auxílio	N 570/07
Estado-Membro	Alemanha
Região	Baden-Württemberg
Denominação (e/ou nome do beneficiário)	Eckpunkte zur Breitbandversorgung des ländlichen Raums in Baden-Württemberg
Base jurídica	Artikel 71 Absatz 2 der Verfassung des Landes Baden-Württemberg, Gemeindeordnung von Baden-Württemberg, Landwirtschafts- und Landeskultugesetz des Landes Baden-Württemberg, Bekanntmachung der Landesregierung von Baden-Württemberg über die Abgrenzung der Geschäftsbereiche der Ministerien vom 4.7.2006
Tipo de auxílio	Regime de auxílios
Objectivo	Desenvolvimento sectorial, desenvolvimento regional
Forma do auxílio	Subvenção directa
Orçamento	Despesa anual prevista: 1 milhões EUR; montante global do auxílio previsto: 5 milhões EUR
Intensidade	—
Duração	1.11.2007-31.10.2012
Sectores económicos	Correios e telecomunicações
Nome e endereço da entidade que concede o auxílio	Städte und Gemeinden des Landes Baden-Württemberg
Outras informações	—

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Não oposição a uma concentração notificada**(Processo COMP/M.4696 — KKR/Harman)****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

(2007/C 282/03)

A Comissão decidiu, em 18 de Setembro de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
- em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4696. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).

Não oposição a uma concentração notificada**(Processo COMP/M.4772 — Carlyle/Zodiac Marine)****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

(2007/C 282/04)

A Comissão decidiu, em 17 de Setembro de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
- em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4772. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).

Não oposição a uma concentração notificada
(Processo COMP/M.4847 — Ineos/Champagne Céréales/Thywissen/JV)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/05)

A Comissão decidiu, em 17 de Setembro de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
- em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4847. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).

Não oposição a uma concentração notificada
(Processo COMP/M.4863 — Bain Capital/American Standard)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/06)

A Comissão decidiu, em 28 de Setembro de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
 - em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4863. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).
-

Não oposição a uma concentração notificada
(Processo COMP/M.4895 — Mol/Italiana Energia e Servizi)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/07)

A Comissão decidiu, em 30 de Outubro de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
- em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4895. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).

Não oposição a uma concentração notificada
(Processo COMP/M.4766 — Flextronics/Solectron)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/08)

A Comissão decidiu, em 28 de Agosto de 2007, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais,
 - em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32007M4766. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária (<http://eur-lex.europa.eu>).
-

IV

(Informações)

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DAS INSTITUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO EUROPEIA

CONSELHO

DECISÃO DO CONSELHO

de 19 de Novembro de 2007

que nomeia os membros efectivos e os membros suplentes do Conselho de Direcção da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

(2007/C 282/09)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1365/75 do Conselho, de 26 de Maio de 1975, relativo à criação da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 6.º;

Tendo em conta as listas de candidaturas apresentadas, respectivamente, pelos Governos dos Estados-Membros (para os representantes dos Governos) e pela Comissão (para os representantes das organizações dos trabalhadores e das entidades patronais),

Considerando o seguinte:

- (1) Pelas decisões de 13 de Dezembro de 2004 ⁽²⁾, o Conselho nomeou os membros efectivos e os membros suplentes do Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho pelo período de 19 de Outubro de 2004 a 18 de Outubro de 2007.
- (2) Em virtude do Regulamento (CE) n.º 1111/2005, o Conselho de Administração foi substituído por um Conselho de Direcção.
- (3) Devem ser nomeados, por um período de três anos, os membros efectivos e os membros suplentes do referido Conselho de Direcção que representam os Governos dos Estados-Membros, as organizações dos trabalhadores e as entidades patronais.
- (4) Compete à Comissão nomear os seus representantes no Conselho de Direcção,

DECIDE:

Artigo 1.º

São nomeados membros efectivos e membros suplentes do Conselho de Direcção da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, pelo período de 1 de Dezembro de 2007 a 30 de Novembro de 2010:

⁽¹⁾ JO L 139 de 30.5.1975, p. 1, Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1111/2005 (JO L 184 de 15.7.2005, p. 1).

⁽²⁾ JO C 317 de 22.12.2004, p. 4.

I. REPRESENTANTES DOS GOVERNOS

País	Efectivos	Suplentes
Bélgica	Michel DE GOLS	Jan BATEN
Bulgária	Lazar LAZAROV	Dragomir DRAGANOV
República Checa	Vlastimil VÁŇA	Martina KAJÁNKOVÁ
Dinamarca	Ole BONDO CHRISTENSEN	Kim TAASBY
Alemanha	Andreas HORST	Vera BADE
Estónia	Märt MASSO	Siiri OTSMANN
Irlanda	Sean WARD	Ríona NÍ FHLANGHAILE
Grécia	Grigorios PELORIADIS	Constantinos PETINIS
Espanha	Ana Cristina LÓPEZ LÓPEZ	Joaquin MARTÍNEZ SOLER
França	Joël BLONDEL	Mireille JARRY
Itália	Valerio SPEZIALE	Lorenzo FANTINI
Chipre	Orestis MESSIOS	Yiota KAMBOURIDOU
Letónia	Ineta TĀRE	Ineta VJAKSE
Lituânia	Rita KAZLAUSKIENĖ	Evaldas BACEVIČIUS
Luxemburgo	Nadine WELTER	Jean ZAHLEN
Hungria	Mária LADÓ	Éva Tímea KISS
Malta	Noel VELLA	Anna BORG
Países Baixos	Lauris BEETS	Martin BLOMSMA
Áustria	Andreas SCHALLER	Birgit STIMMER
Polónia	Jerzy CIECHAŃSKI	Agnieszka CHŁOŃ-DOMIŃCZAK
Portugal	Paulo MORGADO DE CARVALHO	Fernando RIBEIRO LOPES
Roménia	Sorin Ioan BOTEZATU	Mirela ARGASEALA
Eslovénia	Vladka KOMEL	Metka ŠTOKA-DEBEVEC
Eslováquia	Miloslav HETTEŠ	Elena PALIKOVÁ
Finlândia	Raila KANGASPERKO	Tuomo ALASOINI
Suécia	Bo BARREFELT	Marie ÅKHAGEN
Reino Unido	Grant FITZNER	Suzanne MORONEY

II. REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

País	Efectivos	Suplentes
Bélgica	Herman FONCK	François PHILIPS
Bulgária	Ivan KOKALOV	—
República Checa	Hana MÁLKOVÁ	Tomas PAVELKA

País	Efectivos	Suplentes
Dinamarca	Jens WIENE	Niels SORENSEN
Alemanha	Dieter POUGIN	Reinhard DOMBRE
Estónia	Kalle KALDA	Vaike PARKEL
Irlanda	Rosheen CALLENDER	Liam BERNEY
Grécia	Alexandros KALYVIS	Konstantinos ISSYCHOS
Espanha	Lola MORILLO	—
França	Laurence THERY	Raphael NEDZYNSKI
Itália	Cinzia DEL RIO	Iuliano STENDARDI
Chipre	Christos KARYDIS	Andreas MATSAS
Letónia	Linda ROMELE	Kaspars RĀCENĀJS
Lituânia	Janina MATUIZIENE	Vaidotas PETRONIS
Luxemburgo	Viviane GOERGEN	René PIZZAFERRI
Hungria	Erzsébet HANTI	László GYIMESI
Malta	William PORTELLI	—
Países Baixos	Erik PENTENGA	—
Áustria	Renate CZESKLEBA	Wolfgang GREIF
Polónia	Bogdan OLSZEWSKI	—
Portugal	Vítor Manuel Vicente COELHO	Joaquim DIONÍSIO
Eslovénia	Pavle VRHOVEC	Maja KONJAR
Roménia	Dumitru FORNEA	Steluta ENACHE
Eslováquia	Eva MEŠŤANOVÁ	Margarita DÖMÉNYOVÁ
Finlândia	Juha ANTILA	Leila KURKI
Suécia	Mats ESSEMYR	Sten GELLERSTEDT
Reino Unido	Richard EXELL	Peter COLDRICK

III. REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DAS ENTIDADES PATRONAIS

País	Efectivos	Suplentes
Bélgica	Roland WAEYAERT	Paul CLERINX
Bulgária	Krasimir DACHEV	Galia BOZHANOVA
República Checa	Vladimira DRBALOVÁ	Vladimir KOPAČKA
Dinamarca	Sven-Peter NYGAARD	Nils J. ANDREASEN
Alemanha	Wolfgang GOOS	Renate HORNUNG-DRAUSS
Estónia	Eve PÄÄRENDSON	Tarmo KRIIS

País	Efectivos	Suplentes
Irlanda	Brendan MCGINTY	Gavin MARIE
Grécia	Rena BARDANI	Christina GEORGANDA
Espanha	Maria Angeles ASENJO DORADO	Roberto SANTOS SUAREZ
França	Nathalie CHADEYRON	Emmanuel JULIEN
Itália	Stefania ROSSI	Paola ASTORRI
Chipre	Michael ANTONIOU	Lena PANAYIOTOU
Letónia	Ilona KIUKUCĀNE	Liene VANCĀNE
Lituânia	Jonas GUZAVIČIUS	Edmundas JANKEVIČIUS
Luxemburgo	Nicolas WELSCH	Sonja STREICHER
Hungria	Antal CSUPORT	Attila SZABADKAI
Malta	Joseph FARRUGIA	Joseph MONTEBELLO
Países Baixos	Gerard A. M. VAN DER GRIND	Jan BOERSMA
Áustria	Heinrich BRAUNER	Christoph PARAK
Polónia	Michał BONI	Rafał BANIAK
Portugal	Heitor SALGUEIRO	Pedro de ALMEIDA FREIRE
Roménia	Dan ANGHELESCU	Ion SORICI
Eslovénia	Marjan RAVNIK	Nina GLOBOČNIK
Eslováquia	Viola KROMEROVÁ	Martina KUNÁKOVÁ
Finlândia	Seppo SAUKKONEN	Anu SAJAVARAARA
Suécia	Sverker RUDEBERG	Christian ARDHE
Reino Unido	Marion SEGURET	Neil CARBERRY

Artigo 2.º

Os membros efectivos e membros suplentes ainda não designados serão nomeados pelo Conselho em data posterior.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2007.

Pelo Conselho
O Presidente
L. AMADO

DECISÃO DO CONSELHO
de 19 de Novembro de 2007
que nomeia um membro do Comité Consultivo da Agência de Aprovisionamento da Euratom

(2007/C 282/10)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica e, nomeadamente, os segundo e terceiro parágrafos do seu artigo 54.º,

Tendo em conta o artigo X dos Estatutos da Agência de Aprovisionamento da Euratom ⁽¹⁾, com a redacção que lhes foi dada pela Decisão 95/1/CE, Euratom, CECA do Conselho ⁽²⁾,

Tendo em conta a Decisão 2007/514/Euratom do Conselho, de 10 de Julho de 2007, relativa à nomeação de membros do Comité Consultivo da Agência de Aprovisionamento da Euratom ⁽³⁾,

Tendo em conta o parecer da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) Ficou vago um lugar de membro do Comité em epígrafe, na sequência da renúncia de Marie-Claire GUYADER, da qual o Conselho teve conhecimento em 19 de Setembro de 2007.
- (2) Há que preencher esse lugar.

- (3) A candidatura apresentada pelo Governo francês em 19 de Setembro de 2007,

DECIDE:

Artigo único

Bruno QUAGLIA é nomeado membro do Comité Consultivo da Agência de Aprovisionamento da Euratom pelo período remanescente do mandato do Comité, ou seja, até 28 de Março de 2009.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2007.

Pelo Conselho

O Presidente

L. AMADO

⁽¹⁾ JO 27 de 6.12.1958, p. 534/58.

⁽²⁾ JOL 1 de 1.1.1995, p. 1.

⁽³⁾ JOL 190 de 21.7.2007, p. 15.

DECISÃO DO CONSELHO
de 16 de Novembro de 2007
relativa à manifestação «Capital Europeia da Cultura» para o ano de 2011

(2007/C 282/11)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Decisão n.º 1622/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 2006, relativa à criação de uma acção comunitária de apoio à manifestação «Capital Europeia da Cultura» para os anos de 2007 a 2019 ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 14.º,

Tendo em conta o relatório do júri de Setembro de 2007, apresentado à Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 14.º da Decisão n.º 1622/2006/CE,

Considerando que os critérios a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º da Decisão n.º 1622/2006/CE se encontram inteiramente preenchidos,

Tendo em conta a recomendação da Comissão de 23 de Outubro de 2007,

APROVOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Turku e Tallin são designadas «Capital Europeia da Cultura para o ano de 2011», nos termos do artigo 14.º da Decisão n.º 1622/2006/CE.

Artigo 2.º

As cidades designadas tomarão as medidas necessárias para assegurar a aplicação efectiva do artigo 3.º da Decisão n.º 1622/2006/CE.

Feito em Bruxelas, em 16 de Novembro de 2007.

Pelo Conselho

A Presidente

I. PIRES DE LIMA

⁽¹⁾ JOL 304 de 3.11.2006, p. 1.

Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 16 de Novembro de 2007, sobre uma abordagem transversal da política da juventude para que os jovens possam realizar o seu potencial e participar activamente na sociedade

(2007/C 282/12)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA E OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS, REUNIDOS NO CONSELHO,

como o bem-estar, a saúde, a educação, o emprego e a cidadania dos jovens.

TENDO EM CONTA O SEGUINTE:

- 1) O Livro branco da Comissão intitulado «Um novo impulso à juventude europeia» adoptado em 2001 ⁽¹⁾ que salienta a importância do desenvolvimento de oportunidades para que os jovens possam realizar o seu potencial e participar activamente na sociedade;
- 2) A Resolução do Conselho de 27 de Junho de 2002 ⁽²⁾ que aprovou o método aberto de coordenação enquanto novo quadro da cooperação europeia no domínio da juventude;
- 3) As conclusões do Conselho Europeu, de 22 e 23 de Março de 2005 ⁽³⁾, que aprovam o Pacto Europeu para a Juventude como um dos instrumentos que contribuem para a realização dos objectivos de Lisboa em matéria de crescimento e de emprego, através do desenvolvimento da vertente da juventude noutras políticas europeias pertinentes;
- 4) As conclusões do Conselho Europeu de 23 e 24 de Março de 2006 ⁽⁴⁾ que salientam ser necessário cumprir o Pacto Europeu para a Juventude, em associação com os jovens e as associações de jovens, bem como reforçar os laços entre as políticas de educação, formação, emprego, inclusão social e mobilidade, a fim de melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho e reduzir significativamente o desemprego entre a juventude, apoiando simultaneamente políticas que fomentem a conciliação da vida familiar com a vida profissional, a igualdade de oportunidades, a solidariedade entre as gerações, a saúde e a aprendizagem ao longo da vida;
- 5) A comunicação da Comissão ⁽⁵⁾ e a Resolução do Conselho relativa à realização dos objectivos comuns em matéria de participação e informação dos jovens para promover a sua cidadania europeia activa ⁽⁶⁾, que instauram um verdadeiro diálogo com os jovens, estruturado desde o nível local até ao nível europeu;
- 6) As conclusões do Conselho Europeu de 8 e 9 de Março de 2007 ⁽⁷⁾ que preconizam a continuação do desenvolvimento de políticas que, entre outras coisas, promovam o papel dos jovens, nomeadamente a sua transição da escola para a vida laboral;
- 7) O estudo do Gabinete de Conselheiros de Política Europeia da Comissão ⁽⁸⁾ que preconiza uma estratégia global renovada de investimento na juventude que abranja domínios

RECORDAM A PERTINÊNCIA das conclusões do Conselho de Maio de 2007 sobre as perspectivas futuras para a cooperação europeia no domínio da política de juventude ⁽⁹⁾, que realçam o papel central do Conselho numa melhor integração da dimensão da juventude nos domínios políticos conexos e de uma coordenação trans-sectorial com esses domínios, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos jovens na Europa E CONTINUAM A EXAMINAR as propostas pertinentes para a futura cooperação no domínio da política da juventude aí formuladas;

RECONHECEM que a Comunicação da Comissão, de 5 de Setembro de 2007, intitulada «Promover a plena participação dos jovens na educação, no emprego e na sociedade» ⁽¹⁰⁾, acompanhada de dois documentos de trabalho sobre a juventude e as actividades de voluntariado e sobre a juventude e o emprego na UE ⁽¹¹⁾, faz uma análise bastante pertinente dos actuais desafios que os jovens enfrentam na Europa e apresenta iniciativas concretas.

SALIENTAM que

- 1) O crescimento e a prosperidade da Europa dependem da contribuição e da participação activas de todos os jovens, especialmente na medida em que o número destes em relação à população total está a diminuir;
- 2) Os jovens terão de suportar o custo crescente do envelhecimento da população, que exige uma resposta comum de todas as gerações;
- 3) Para o desenvolvimento económico, cultural e social da UE, é importante a criação de condições favoráveis para que os jovens desenvolvam as suas capacidades, trabalhem e participem activamente na sociedade, especialmente tendo em conta a globalização e as economias baseadas no conhecimento;
- 4) Muitos dos problemas com que os jovens se defrontam, nomeadamente as elevadas taxas de pobreza infantil, a saúde precária, o abandono escolar e o desemprego juvenil, indicam que é necessário rever os investimentos que a Europa está a fazer na sua juventude;

⁽¹⁾ COM(2001) 681 final.

⁽²⁾ JO C 168 de 13.7.2002, p. 2.

⁽³⁾ Doc. 7619/1/05 REV 1.

⁽⁴⁾ Doc. 7775/1/06 REV 1.

⁽⁵⁾ COM(2006) 417.

⁽⁶⁾ JO C 297 de 7.12.2006, p. 6.

⁽⁷⁾ Doc. 7224/1/07 REV 1.

⁽⁸⁾ http://ec.europa.eu/dgs/policy_advisers/publications/index_pt.htm

⁽⁹⁾ Doc. 8771/07.

⁽¹⁰⁾ COM(2007) 498 final.

⁽¹¹⁾ SEC(2007) 1084 e 1093.

- 5) Um estilo de vida saudável é um requisito para constituir capital humano e assegurar a plena participação dos jovens;
- 6) É necessária uma política de juventude verdadeiramente global e baseada no conhecimento, que resulte de uma forte cooperação entre os decisores e as partes interessadas, incluindo jovens e associações de jovens, líderes juvenis, investigadores no domínio da juventude e profissionais activos no domínio da juventude a nível europeu, nacional, regional e local;
- 7) É necessária uma estratégia transversal para a juventude, que faça uma melhor articulação entre o quadro europeu para a política da juventude, estabelecido desde a adopção do Livro Branco sobre a Juventude ⁽¹⁾, e as outras políticas que tenham repercussões para os jovens, com o objectivo de desenvolver uma abordagem coerente da política da juventude como solução para se avançar verdadeiramente rumo aos objectivos identificados nessa política;
- 8) O sucesso do cumprimento dos objectivos do Pacto Europeu para a Juventude depende de uma maior cooperação entre os decisores e as demais partes interessadas, tanto a nível político como técnico, e requer o estabelecimento de uma melhor articulação entre os processos em curso e os instrumentos políticos a nível europeu, nacional, regional e local.

Para uma política de juventude verdadeiramente transversal

CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS a

- 1) Envidarem esforços no sentido de investirem melhor e mais cedo nos jovens, para promover a educação, o emprego, a inclusão social, a saúde e a cidadania activa destes numa abordagem baseada no ciclo de vida, tendo em conta a diversidade entre os jovens e evitando qualquer tipo de discriminação;
- 2) Reforçarem o compromisso de melhorar a aplicação e o acompanhamento da política da juventude a todos os níveis de decisão, prestando simultaneamente especial atenção à Estratégia de Lisboa;
- 3) Comprometerem-se a cumprir melhor o Pacto Europeu para a Juventude no âmbito da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego, porquanto oferece vastas possibilidades para uma «melhor integração social e profissional dos jovens», nomeadamente prestando maior atenção às questões da juventude nos programas nacionais de reforma, tratando-as de forma mais visível e sistemática, e a acompanharem melhor o cumprimento do Pacto Europeu para a Juventude;

⁽¹⁾ Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, relativa ao quadro para a cooperação europeia em matéria de juventude (JO C 168 de 13.7.2002, p. 2).

- 4) Reforçarem as questões da juventude em todos os domínios políticos que tenham repercussões para os jovens;
- 5) Sensibilizarem todas as partes interessadas relevantes para as questões da juventude, designadamente os responsáveis políticos, as instituições educativas e laborais, as empresas, os profissionais activos no domínio da juventude, os investigadores, as famílias, os parceiros sociais e as organizações que trabalham para os jovens e em colaboração com eles, e envolvê-las na procura de soluções.

REGISTAM QUE A COMISSÃO,

- 1) Com base nos relatórios periódicos apresentados pelos Estados-Membros no âmbito dos processos em curso, elaborará, de três em três anos, um relatório da UE sobre a juventude, em associação com os jovens, sendo o primeiro apresentado em 2009.

CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS E A COMISSÃO A

- 1) Estabelecerem uma melhor articulação entre o quadro europeu para a política de juventude e as demais políticas com repercussões para os jovens, desenvolvendo assim uma verdadeira abordagem transversal que vise a plena participação destes na sociedade;
- 2) Tomarem medidas que visem uma melhor articulação entre os processos existentes, como sejam a Estratégia de Lisboa, as estratégias em matéria de saúde e os vários métodos abertos de coordenação nos domínios da educação, da inclusão e da juventude.

Para uma participação activa dos jovens

CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS a

- 1) Realizarem os objectivos comuns reforçados em matéria de participação e informação dos jovens no âmbito do método aberto de coordenação no domínio da juventude;
- 2) Darem seguimento ao diálogo estruturado com os jovens e as associações de jovens, velando por que os jovens com menos oportunidades e os que não pertençam a nenhuma associação sejam incluídos no diálogo estruturado;
- 3) Promoverem a igualdade entre os o sexos e a integração da perspectiva do género nas políticas e acções que afectam a juventude;
- 4) Atribuírem um papel activo aos jovens no quadro das actividades nacionais e das acções previstas no âmbito dos anos temáticos europeus, tais como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural;

- 5) Facilitarem o acesso dos jovens à cultura, registando a intenção da Comissão de realizar um estudo sobre esta matéria;
- 6) Facilitarem o reconhecimento dos resultados da aprendizagem não formal dirigida aos jovens.

CONVIDAM A COMISSÃO a

- 1) Utilizar os programas pertinentes da UE, tais como os programas «Juventude em Acção»⁽¹⁾, «Aprendizagem ao longo da vida»⁽²⁾, «Cultura» (2207 a 2013)⁽³⁾, «Europa pelos Cidadãos»⁽⁴⁾ e o Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013)⁽⁵⁾ em cooperação com os Estados-Membros para promover a participação dos jovens, numa abordagem coordenada;
- 2) Concluir a adaptação do Europass às necessidades de aprendizagem não formal dirigida aos jovens.

Para uma parceria reforçada com os jovens

- 1) DESTACAM a importância do diálogo estruturado com os jovens a todos os níveis e nos domínios com repercussões para as suas vidas e a necessidade de encontrar formas de reforçar este diálogo;
- 2) REGISTAM neste contexto QUE A COMISSÃO, na sua Comunicação de 5 de Setembro de 2007, convidou as instituições europeias e os jovens a reforçar a sua parceria e sugeriu uma declaração conjunta.

Melhores oportunidades de emprego para a plena participação na sociedade

RECONHECEM A IMPORTÂNCIA DE

- 1) Uma educação e formação de qualidade, desde cedo e adoptando uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida, quando se trata da participação dos jovens no mundo do trabalho e na educação;
- 2) Utilizando plenamente os mecanismos existentes e, se necessário, criando outros mecanismos destinados a prevenir o abandono escolar precoce;
- 3) Desenvolvendo sistemas de educação e formação modernizados que antecipem as necessidades do mercado de trabalho;
- 4) Proporcionando aconselhamento e orientação profissional e promovendo estágios de qualidade com forte ligação aos currículos de formação ou de estudo, bem como parcerias entre as escolas e as empresas e administrações públicas com vista a facilitar a transição entre educação e formação e o mercado de trabalho e evitando desfasamentos entre as qualificações e as exigências do mercado de trabalho;

⁽¹⁾ JOL 327 de 24.11.2006, p. 30.

⁽²⁾ JOL 327 de 24.11.2006, p. 45.

⁽³⁾ JOL 372 de 27.12.2006, p. 1.

⁽⁴⁾ JOL 378 de 27.12.2006, p. 32.

⁽⁵⁾ JOL 54 de 22.2.2007, p. 30.

- 5) Abordando a discriminação, os estereótipos e dificuldades susceptíveis de diminuir as oportunidades dos jovens;
- 6) Analisando os efeitos das medidas políticas sobre a posição dos jovens no mercado de trabalho, tendo-os em conta ao definir estratégias de flexibilidade.

CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS A:

- 1) Promoverem a aquisição de competências essenciais⁽⁶⁾ para a aprendizagem ao longo da vida na educação e na formação desde a infância, combinando conhecimentos, capacidades e atitudes adaptadas a ambientes específicos;
- 2) Promover, em particular neste contexto, o sentido de iniciativa e empreendedorismo (competência essencial n.º 7) que se relaciona com a capacidade do indivíduo de transpor as ideias em acção e inclui a criatividade, uma atitude proactiva, a independência e a inovação tanto na vida pessoal e social como no trabalho;
- 3) Incentivarem os programas de formação destinados aos jovens e a melhorarem as condições dos jovens empresários, por exemplo mediante a promoção do Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação entre as empresas e as instituições financeiras, de modo a facilitar o acesso ao financiamento destinado à criação de PME por jovens empresários;
- 4) Utilizarem os fundos da UE, em particular o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, de Desenvolvimento Rural, ou quaisquer outros fundos e programas comunitários relevantes, para apoiar os jovens na transição do ensino para o mundo do trabalho.

Mensagens ao Conselho Europeu

CONSIDERAM QUE

- 1) É necessário capacitar os jovens e dar-lhes mais oportunidades para que participem plenamente na educação, no emprego e na sociedade;
- 2) No tocante à sua participação na sociedade, os jovens desempenham um papel fundamental e devem desenvolver o sentido de responsabilidade pela sua educação, emprego, saúde e cidadania activa;
- 3) É necessário desenvolver uma abordagem transversal da política da juventude como solução para se avançar verdadeiramente rumo aos objectivos identificados para essa política;
- 4) É necessário melhorar a aplicação e o acompanhamento da política da juventude a todos os níveis de decisão, prestando simultaneamente especial atenção à Estratégia de Lisboa;
- 5) A plena participação dos jovens na sociedade depende de uma forte parceria entre estes, as associações de juventude e os responsáveis pelas decisões políticas com repercussões para a juventude.

⁽⁶⁾ Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida (JOL 394 de 30.12.2006, p. 10).

CONVIDA O CONSELHO EUROPEU a

- 1) Apelar ao Parlamento Europeu, à Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros para que invistam melhor e mais cedo nos jovens, atendendo aos desafios que eles enfrentam e à diminuição do número de jovens em relação população total;
 - 2) Apelar ao Parlamento Europeu, à Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros para que, quando tratarem de questões com repercussões na vida dos jovens, adoptem uma abordagem transversal assente na cooperação entre os decisores e as partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local e que dê mais ênfase aos jovens nas políticas que tenham repercussões para eles;
 - 3) Continuar a incentivar os Estados-Membros, para que, quando elaborarem os seus programas nacionais de reforma, e a Comissão, no seu relatório intercalar anual, dêem informações mais sistemáticas e mais visíveis sobre as políticas da juventude no âmbito da Estratégia de Lisboa, por forma a facilitar o acompanhamento dos progressos realizados;
 - 4) Apelar ao Parlamento Europeu, à Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros para que reforcem a parceria com os jovens e as associações de juventude através do diálogo estruturado estabelecido em 2006, permitindo a sua participação nos debates e nas decisões que afectem o seu quotidiano.
-

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

23 de Novembro de 2007

(2007/C 282/13)

1 euro =

Moeda	Taxas de câmbio	Moeda	Taxas de câmbio	
USD	dólar americano	1,4809	RON leu	3,5977
JPY	iene	159,87	SKK coroa eslovaca	33,569
DKK	coroa dinamarquesa	7,4551	TRY lira turca	1,7815
GBP	libra esterlina	0,72025	AUD dólar australiano	1,6968
SEK	coroa sueca	9,3188	CAD dólar canadiano	1,4616
CHF	franco suíço	1,6322	HKD dólar de Hong Kong	11,5195
ISK	coroa islandesa	92,94	NZD dólar neozelandês	1,9691
NOK	coroa norueguesa	8,0485	SGD dólar de Singapura	2,1354
BGN	lev	1,9558	KRW won sul-coreano	1 378,42
CYP	libra cipriota	0,5842	ZAR rand	10,1065
CZK	coroa checa	26,759	CNY yuan-renminbi chinês	10,9675
EEK	coroa estoniana	15,6466	HRK kuna croata	7,3223
HUF	forint	257,31	IDR rupia indonésia	13 870,11
LTL	litas	3,4528	MYR ringgit malaio	4,9773
LVL	lats	0,6987	PHP peso filipino	63,457
MTL	lira maltesa	0,4293	RUB rublo russo	36,0540
PLN	zloti	3,6915	THB baht tailandês	46,229

(¹) Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

V

(Avisos)

PROCEDIMENTOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE
CONCORRÊNCIA

COMISSÃO

AUXÍLIO ESTATAL — POLÓNIA

Auxílio estatal C 48/07 (ex NN 60/07) — Auxílio estatal aos produtores de tubos WRJ e WRJ-Serwis**Convite para apresentação de observações nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/14)

Por carta de 23 de Outubro de 2007, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão comunicou à Polónia a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta que se lhe segue, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo dos Auxílios Estatais
Gabinete: SPA3, 6/5
B-1049 Bruxelas
Fax: (32-2) 296 12 42

Estas observações serão comunicadas à Polónia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

TEXTO DO RESUMO

II. FACTOS

I. PROCEDIMENTO

- (1) O processo diz respeito a um eventual auxílio estatal concedido aos produtores de tubos sem costura polacos Walcownia Rur Jednośc Sp. z o.o. (a seguir designado «WRJ»), em liquidação, e WRJ-Serwis Sp. z o.o.
- (2) O processo chegou ao conhecimento da Comissão durante o acompanhamento da reestruturação da indústria siderúrgica polaca ao abrigo do Protocolo n.º 8. O auxílio concedido às empresas não foi autorizado ao abrigo do Protocolo n.º 8 nem notificado à Comissão.
- (3) A empresa pública Towarzystwo Finansowe Silesia sp. z o. o. (a seguir designada «TFS») injectou capital no montante de aproximadamente 40 milhões de EUR em 2002 e 2003 na WRJ e de aproximadamente 2,5 milhões de EUR em 2003 na WRJ-Serwis, embora ambas as empresas estivessem a atravessar uma grave crise financeira (a WRJ desde 2001 e a WRJ-Serwis em 2003).
- (4) Além disso, o Estado polaco concedeu uma garantia sobre empréstimos de cerca de 36 milhões de EUR para um projecto de investimento na WRJ em 1997, que proporcionava uma cobertura de 45 %, tendo aumentado essa taxa para 55 % em 2002, quando a empresa atravessava uma grave crise financeira.

III. APRECIACÃO

- (5) O Protocolo n.º 8 do Tratado de Adesão *relativo à reestruturação da Indústria Siderúrgica Polaca* ⁽¹⁾ (a seguir designado «Protocolo n.º 8») proíbe a concessão de auxílios estatais à reestruturação da indústria siderúrgica polaca de 1997 a 2006. Tal abrange todas as medidas a favor dos produtores de aço e de tubos que não são mencionados no Protocolo n.º 8.
- (6) Tendo em conta que a WRJ e a WRJ-Serwis não são referidas no Protocolo n.º 8, a Comissão interroga-se se as medidas supramencionadas constituem um auxílio estatal ilegal, já que um investidor numa economia de mercado não se teria comprometido a efectuar tais investimentos sob a forma de entradas de capital ou de garantias nestas empresas.

TEXTO DA CARTA

- «1. Komisja pragnie poinformować Polskę, że po przeanalizowaniu dostarczonych przez polskie władze informacji dotyczących wyżej wymienionej pomocy, podjęła decyzję o wszczęciu postępowania, o którym mowa w art. 88 ust. 2 Traktatu WE.

I. WPROWADZENIE

2. Sprawa dotyczy ewentualnej pomocy państwa dla przedsiębiorstwa zajmującego się produkcją rur, które pierwotnie nosiło nazwę: Huta Jedność S.A. (zwane dalej »HJ«), które przeszło restrukturyzację i obecnie obejmuje trzy spółki: Huta Jedność w likwidacji (jak nadmieniono, zwana dalej »HJ«), Walcownia Rur Jedność Sp z o.o. w likwidacji (zwana dalej »WRJ«) oraz Walcownia Rur Jedność-Serwis Sp. z o.o. (zwana dalej »WRJ-Serwis«).
3. Komisja została poinformowana o niniejszej sprawie podczas monitorowania restrukturyzacji polskiego sektora stalowego zgodnie z protokołem nr 8 Traktatu o przystąpieniu ⁽²⁾, który — co zostanie wyjaśnione szczegółowo poniżej — obejmuje polski sektor hutnictwa żelaza i stali, w tym rury.
4. Proces restrukturyzacji przemysłu stalowego rozpoczął się w Polsce w czerwcu 1998 r., kiedy Polska przedstawiła Wspólnocie pierwszy program restrukturyzacji hutnictwa żelaza i stali w celu wypełnienia wymogów zawartych w art. 8 ust. 4 protokołu nr 2 układu europejskiego z Polską (dalej zwany art. 8 ust 4), który zezwalał w ciągu pierwszych pięciu lat po wejściu w życie układu udzielenie w drodze wyjątku pomocy państwa na rzecz producentów stali, przeznaczonej na cele restrukturyzacji. Ponieważ jednak program restrukturyzacji nie spełniał warunków określonych w art. 8 ust. 4, przyjęto korekty w czerwcu 2000 r., maju 2001 r., styczniu 2001 r. i marcu 2003 r. ⁽³⁾
5. W 2001 r. Polska przyjęła aktualizację programu restrukturyzacji polskiego hutnictwa żelaza i stali. Na podstawie analiz Polska uchwaliła dnia 24 sierpnia 2001 r. Ustawę o

restrukturyzacji hutnictwa żelaza i stali, która stanowi podstawę prawną procesu restrukturyzacji. Ustawa objęła 20 przedsiębiorstw, m.in. spółkę HJ.

6. Dnia 5 listopada 2002 r. Rada Ministrów przyjęła Program restrukturyzacji i rozwoju hutnictwa żelaza i stali w Polsce do 2006 r., a dnia 25 marca 2003 r. przyjęła na tej podstawie Krajowy program restrukturyzacji (zwany dalej »KPR«). Zasadniczo plan ten zezwala na udzielanie pomocy państwa na restrukturyzację polskiemu przemysłowi stalowemu w latach 1997-2006 do kwoty 3,387 mld PLN (846 mln EUR) ⁽⁴⁾.
7. KPR przedłożono UE. Dnia 25 marca 2003 r. program został oceniony przez Komisję. Na tej podstawie Komisja złożyła wniosek dotyczący decyzji Rady o przedłużeniu okresu karencji na udzielanie pomocy państwa polskiemu przemysłowi stalowemu w ramach układu europejskiego (okres ten początkowo trwał tylko do 1997 r.) do momentu przystąpienia Polski do UE, pod warunkiem osiągnięcia przez beneficjentów rentowności do 2006 r., co zostało zatwierdzone przez Radę w lipcu 2003 r. ⁽⁵⁾
8. W ten sposób UE zezwoliła Polsce, w drodze odstępstwa od swoich zasad ⁽⁶⁾, na udzielenie przemysłowi stalowemu pomocy na restrukturyzację. Ostatecznie ustalenia te zawarto w protokole nr 8 Traktatu o przystąpieniu, dotyczącym restrukturyzacji polskiego hutnictwa żelaza i stali ⁽⁷⁾. Potwierdzono w nim zgodę na przyznanie przed końcem 2003 r. pomocy państwa ośmiu przedsiębiorstwom wymienionym w załączniku nr 1 do protokołu nr 8 na kwotę nie większą niż 3,387 mld PLN, a także zawarto zapis zakazujący udzielania pomocy wszelkim innym producentom stali.
9. KPR i w konsekwencji protokół nr 8 nie objęły jednak HJ, najwyraźniej z powodu kłopotów spółki. W KPR podkreśla się w tym celu, że »Huta Jedność S.A. będzie kontynuowała swoją działalność do czasu utworzenia Walcowni Rur Jedność Sp. z o.o. (WRJ)«.

II. PROCEDURA

10. W trakcie monitorowania procesu restrukturyzacji polskiego przemysłu stalowego Komisja otrzymała informacje o niespójnościach dotyczących HJ i WRJ. Dlatego pierwsza wymiana poglądów w sprawie pomocy na rzecz wymienionych beneficjentów miała miejsce w formie odpowiedzi polskich władz pismem z dnia 29 sierpnia 2003 r. na pismo Komisji z dnia 6 lipca 2003 r. Dalsze informacje zostały przekazane w dniach 20 i 23 stycznia 2004 r. i dotyczyły programu konsolidacji polskiego sektora produkcji rur.
11. Po przystąpieniu do UE sprawa była prowadzona dalej z urzędu. Kolejne pisma przesłano w następujących dniach: 6 kwietnia 2005 r., 4 sierpnia 2005 r., 3 listopada 2005 r., 7 maja 2006 r., 17 listopada 2006 r. i 5 lipca 2007 r.

⁽⁴⁾ Przyjęto, że 1 EUR = 4 PLN.

⁽⁵⁾ Szczegółowe informacje: patrz decyzja Komisji z dnia 5 lipca 2005 r. w sprawie C 20/04 *Huta Częstochowa* (Dz.U. L 366, 2006, str. 1, pkt 23 i nast.).

⁽⁶⁾ UE nie zezwala na pomoc państwa dla sektora stalowego. Patrz komunikat Komisji w sprawie pomocy na ratowanie i restrukturyzację oraz na zamykanie zakładów sektora stali (Dz.U. C 70, 2002, str. 21).

⁽⁷⁾ Por. protokół nr 8 Traktatu o przystąpieniu w sprawie restrukturyzacji polskiego hutnictwa żelaza i stali (Dz.U. L 236 z 23.9.2003, str. 948).

⁽¹⁾ JO L 236 de 23.9.2003, p. 948.

⁽²⁾ Dz.U. L 236 z 23.9.2003, str. 948.

⁽³⁾ Por. wstęp do Krajowego programu restrukturyzacji z dnia 25 marca 2003 r.

12. Polskie władze odpowiedziały pismami z: 7 czerwca 2005 r., 4 października 2005 r., 2 grudnia 2005 r., 18 maja 2006 r., 30 maja 2006 r., 10 stycznia 2007 r. i 3 sierpnia 2007 r.

III. SZCZEGÓŁOWY OPIS ŚRODKÓW POMOCY

1. Beneficjenci

13. Właścicielami spółki WRJ są obecnie następujące przedsiębiorstwa: Towarzystwo Finansowe Silesia Sp. z o.o. (zwane dalej »TFS«⁽⁸⁾, 40,7 % udziałów), Przedsiębiorstwo Innowacyjno-Wdrożeniowe Enpol Sp. z o.o. (zwane dalej »Enpol«, 19 % udziałów), PGNiG S.A. (należąca do państwa spółka będąca właścicielem i operatorem systemu dystrybucji gazu ziemnego w Polsce, 8,3 % udziałów), Stalexport (7,3 % udziałów) oraz kilku udziałowców mniejszościowych mających mniej niż 5 % udziałów, w tym m.in. ARP posiadająca 0,453 % udziałów.

14. Spółka WRJ-Serwis Sp. z o.o. (zwana dalej »WRJ-Serwis«) powstała w wyniku przekształcenia spółki zależnej Huty Jedność, pod nazwą: Zakład Usług Energomechanicznych »Jedność« S.A., w spółkę z ograniczoną odpowiedzialnością. Główni udziałowcy WRJ-Serwis to: TFS (55 %), Enpol (37 %) i Complex Sp. z o.o. (8,3 %).

15. Komisja nie dysponuje żadnymi dodatkowymi informacjami na temat HJ.

2. Opis środków pomocy na rzecz WRJ

a) Projekt inwestycyjny

16. Początki WRJ sięgają 1978 r., kiedy HJ rozpoczęła budowę walcowni rur bez szwu o zdolnościach produkcyjnych 400 tys. ton (co uczyniłoby ją jednym z największych tego typu zakładów w Europie). Po wycofaniu subsydiów państwowych na ten projekt w 1980 r. został on wstrzymany. Do 1980 r. zrealizowano tylko 25 % prac.

17. W 1995 r. zaproszono nowych inwestorów do udziału w zakończeniu budowy. Spółka WRJ została zarejestrowana dnia 29 marca 1995 r. przez Sąd Rejonowy w Katowicach. Umowa spółki przewidywała objęcie 4 udziałów, każdy o wartości nominalnej 10 tys. PLN, przez następujące spółki: Stalexport S.A. (główny odbiorca wyrobów oferowanych przez przyszłą walcownię), ING Bank Śląski S.A. (zwana dalej »ING BŚ«, kierująca konsorcjum zapewniającym główny kredyt na ten projekt), HJ oraz Enpol (generalny wykonawca prac budowlanych).

18. Nowy projekt z 1995 r. obejmował elementy wcześniejszych dostaw, ale miał być oparty na nowych technologiach walcowania rur do różnych zastosowań. Docelowe zdolności produkcyjne miały wynosić 160 tys. ton rocznie. Całkowita wartość kontraktu na usługi i dostawy konsorcjum wynosiła 93 mln DEM (47,6 mln EUR)⁽⁹⁾. Prace miały się rozpocząć w 1996 r., a zakończenie projektu przewidywano na 1998 r.

⁽⁸⁾ Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością, której 99,9 % udziałów jest własnością Skarbu Państwa, prowadząca handel produktami stalowymi. Reszta udziałów należy do Agencji Rozwoju Przemysłu S.A. (zwanej dalej »ARP«), która również jest własnością Skarbu Państwa.

⁽⁹⁾ Komisja przyjęła, że 1 EUR = 4 PLN.

19. Prace trwały do 2001 r., po tym jak banki wstrzymały finansowanie w pierwszym kwartale 2000 r. (Komisja rozumie, że umowy zostały ostatecznie wypowiedziane w 2005 r., tymczasem banki były nadal wierzycielami w lecie 2007 r.). Spowodowało to wzrost kosztów finansowych i niespłaconych zobowiązań.

20. Dnia 11 marca 2003 r. spółka WRJ złożyła wniosek o otwarcie postępowania układowego. W październiku 2004 r. zawarto porozumienie układowe, które przewidywało odroczenie spłaty istniejącego zadłużenia o pewien okres w zależności od wielkości wierzyciela. Zostało ono zatwierdzone przez sąd rejonowy w listopadzie 2004 r.

21. Suma bilansowa spółki WRJ na dzień 31 grudnia 2003 r. wynosiła ok. 707 mln PLN. Aktywa składały się głównie ze środków trwałych w budowie. Finansowanie było zapewnione ze środków własnych (ok. 212 mln PLN) i kapitału obcego (ok. 418 mln). Kwota 77 mln PLN stanowiła rezerwy na zobowiązania.

22. W 2005 r. w polskiej administracji rządowej powołano zespół, który miał ustalić, jak najlepiej ukończyć tę inwestycję. W tym celu w kwietniu 2005 r. opublikowano zaproszenie do składania ofert, ogłaszając sprzedaż spółek WRJ i WRJ-Serwis w drodze otwartego i przejrzystego przetargu, którego celem miało być znalezienie jakiegokolwiek rozwiązania umożliwiającego sprzedaż aktywów obu spółek po najwyższej cenie rynkowej.

23. Dnia 19 października 2005 r. polski rząd, TFS i wierzyciele uzgodnili sprzedaż obu beneficjentów rosyjskiemu producentowi stali, przedsiębiorstwu TMK, które przedstawiło najwyższą ofertę o wartości 37,5 mln EUR⁽¹⁰⁾.

24. Dnia 9 listopada 2005 r. jeden z wierzycieli spółki WRJ — Enpol — złożył wniosek o wszczęcie postępowania upadłościowego wobec WRJ z możliwością podpisania układu. Pięć dni później sama spółka WRJ złożyła wniosek o wszczęcie postępowania upadłościowego, którego skutkiem byłaby likwidacja majątku WRJ. W obu przypadkach sądy odmówiły jednak wszczęcia postępowania upadłościowego, ponieważ nie było wystarczającej masy majątku. Zarówno Enpol jak i WRJ złożyły odwołanie, lecz dotychczas sąd nie podjął jeszcze ostatecznej decyzji.

25. Dnia 12 października 2006 r. przetarg został anulowany przez TFS. Polskie władze wyjaśniają, że wynikało to z faktu, że nie zrealizowano żadnej z transakcji przewidzianych w porozumieniu oraz nie osiągnięto głównego celu porozumienia, czyli zapewnienia działalności spółki.

26. Zamiast tego TFS podjęła kolejną próbę sprzedaży aktywów WRJ i w tym celu próbuje najpierw nabyć roszczenia wszystkich pozostałych wierzycieli. TFS wskazała, że w ten sposób być może odzyska więcej środków niż w drodze likwidacji. Podobno TFS znalazła kilka zainteresowanych stron.

⁽¹⁰⁾ W ofercie przewidziano, że inwestorowi sprzedana zostanie bezpośrednio tylko strategiczna część grupy (WRJ-Serwis), natomiast pozostała część, czyli WRJ, postawiona zostanie w stan likwidacji. Ponieważ WRJ nie ma dużej wartości bez gruntów, które były własnością WRJ-Serwis, można spodziewać się, że inni inwestorzy nie będą zainteresowani spółką WRJ i dlatego zostanie ona nabyta za niewielką kwotę (która właściwie byłaby odjęta od wpłacanej na początku kwoty 37,5 mln EUR) w ramach postępowania upadłościowego. Ponieważ przyjmuje się, że aktywa WRJ przeszły procedurę likwidacji, zasadniczo byłoby uznane za wolne od pomocy.

27. Z informacji przekazanych przez polskie władze Komisja wnosi, że zrealizowano ok. 90 % prac.

b) *Inwestycje*

28. Na prace budowlane prowadzone przez spółkę WRJ planowano podobno przeznaczyć kwotę ok. 400 mln PLN. Środkom własnym w kwocie prawie 150 mln PLN powinny towarzyszyć kredyty i pożyczki. Utworzono konsorcjum bankowe obejmujące denominowany w walucie obcej kredyt w wysokości 82,5 mln DEM (168,7 mln PLN) i kredyty złotówkowe o wartości 93,8 mln PLN.

29. Dodatkowo środki pozyskano z Narodowego Funduszu Ochrony Środowiska i Gospodarki Wodnej (NFOŚiGW) oraz z Wojewódzkiego Funduszu Ochrony Środowiska i Gospodarki Wodnej w Katowicach (WFOŚiGW). Pożyczkę z NFOŚiGW uzgodniono dnia 16 lipca 1996 r., z kwotą główną w wysokości 115 mln PLN (65 mln PLN)⁽¹⁾. Ponadto w 1999 r. WFOŚiGW udzielił pożyczki w wysokości 15 mln PLN, którą następnie zwiększył o 5 mln PLN.

30. Ponieważ zasoby inwestorów nie były wystarczające, włączyła się spółka TFS utworzona w celu wspierania restrukturyzacji polskiego przemysłu stalowego. Zamiarem TFS było utworzenie konglomeratu trzech niezależnych polskich producentów rur bez szwu (tj. Huta Andrzej, Huta Batory i Huta Jedność), który jako taki miałby później zostać sprywatyzowany⁽²⁾. W tym celu spółka TFS planowała przejąć kontrolę nad WRJ.

31. Dlatego w 2001 i 2002 r. TFS udzieliła zabezpieczenia niektórych niespłaconych pożyczek i w listopadzie 2002 r. przejęła niektóre długi, które przekształcono na kapitał własny. W ramach porozumienia z bankami dotyczącego zapewnienia finansowania i kontynuacji tego procesu, TFS wniosła do WRJ następujący kapitał: dnia 22 listopada 2002 r. 15 mln PLN oraz w okresie od czerwca do sierpnia 2003 r. ok. 75 mln PLN, czyli łącznie prawie 90 mln PLN. Ostatecznie TFS uzyskała bieżącą strukturę własnościową spółki WRJ, w której ma 40,7 % udziałów.

32. Polskie władze twierdzą, że inwestycje te były zawsze realizowane na podstawie regularnie aktualizowanych biznes planów zatwierdzanych przez udziałowców i pożyczkodawców. Na tej podstawie oraz biorąc pod uwagę korzystne prognozy gospodarcze na rynkach stali, polskie władze usprawiedliwiają działania spółki TFS. Jednakże Komisja zauważa, że dostarczone jej materiały pochodzą z 2003 i 2004 r. i zostały sporządzone we współpracy z TFS. Plan wskazuje, że inwestycje w spółkę WRJ gwarantują stopę zwrotu ok. 10 %, ale nie rozwiązuje żadnego z problemów, przed którymi stała spółka. Nie wspomniano w nim również o tym, że spółka była równocześnie objęta postępowaniem układowym.

33. Niektóre z zastrzyków kapitału miały formę zamiany długu na kapitał własny. Na przykład w grudniu 2002 r. TFS nabyła za 32 mln PLN należności banku ING BŚ o wartości 40 mln PLN. W istocie przynajmniej to przejście zadłużenia było, jak wskazały polskie władze, warunkiem kontynuacji

pożyczki. Inne zastrzyki kapitału polegały na zamianie na kapitał własny zadłużenia w postaci należności, które TFS nabyła od innych spółek.

c) *Udzielenie zabezpieczeń*

34. Początkowo kredyty były zabezpieczone hipotekami na majątku HJ oraz zastawami na wyposażeniu.

35. Ponadto od 14 października 1997 r. zarówno kredyt walutowy, jak i kredyty złotówkowe były zabezpieczone dodatkową gwarancją Skarbu Państwa, która gwarantowała spłatę do 45 % podstawowej kwoty i 45 % oprocentowania należnego do stycznia 2009 r.

36. W 2002 r. Ministerstwo Finansów uzgodniło z bankami, że w celu ponownego rozpoczęcia przez nie finansowania gwarancja zostanie zwiększona do 55 %. Ustalenia te zostały zatwierdzone dnia 18 stycznia 2002 r. przez Urząd Ochrony Konkurencji i Konsumentów (UOKiK) oraz dnia 4 lipca 2002 r. przez Radę Ministrów, po czym dnia 2 stycznia 2003 r. Ministerstwo Finansów dokonało zwiększenia gwarancji, podpisując stosowne dokumenty.

37. Dnia 29 lipca 2001 r. spółka TFS udzieliła zabezpieczenia pożyczki WFOŚiGW do kwoty 20 mln PLN.

38. Dnia 18 września 2002 r. spółka TFS udzieliła zabezpieczenia pożyczki NFOŚiGW do kwoty 50 mln PLN.

d) *Podsumowanie*

39. Interwencje kapitałowe spółki TFS wynoszą 90 mln PLN, a udzielone zabezpieczenia — 70 mln PLN. Tym samym TFS udzieliła wsparcia publicznego spółce WRJ o wartości co najmniej 160 mln PLN (ok. 40 mln EUR). Ponadto Skarb Państwa udzielił zabezpieczeń na 55 % wartości kilku pożyczek w wysokości 262,5 mln PLN, czyli na sumę 144,8 mln PLN (ok. 36,2 mln EUR).

3. **Opis środków pomocy na rzecz WRJ-Serwis**

40. W 2002 r. spółka HJ została objęta postępowaniem upadłościowym (wskutek czego wykluczono ją z grona beneficjentów pomocy w ramach krajowego programu restrukturyzacji polskiego przemysłu stalowego, zatwierdzonego na mocy protokołu nr 8).

41. W związku z tym utworzono spółkę WRJ-Serwis poprzez przekształcenie Zakładu Usług Energomechanicznych »Jedność« S.A. WRJ-Serwis użytkuje obiekty produkcyjne spółki »Jedność«, które są dzierżawione od ING BŚ. Spółka prowadzi obecnie działalność na linii Mannesmann służącej do produkcji rur zimnociągnionych, produkuje rury bez szwu⁽¹³⁾ oraz zajmuje się podstawowym zginaniem i przetwarzaniem blachy. Ponadto WRJ-Serwis próbuje zgromadzić środki na sfinansowanie jednej z linii służącej do ciągnięcia rur, która pierwotnie była częścią projektu inwestycyjnego WRJ, lecz nie powstała ze względu na brak funduszy.

⁽¹⁾ Informacje przekazane przez Polskę w dniu 7 czerwca 2005 r., jednakże Komisja ma wątpliwości, czy nie jest to tylko 65 mln PLN.

⁽²⁾ Projekt został wstrzymany w 2004 r., ponieważ nie zatwierdziły go odpowiednie ministerstwa.

⁽¹³⁾ Por. <http://www.wrjservis.com.pl/index.html>

42. Według rachunku zysków i strat spółka WRJ-Serwis w 2003 r. odnotowała stratę, stąd Komisja wnioskuje, że spółka była trudnej sytuacji finansowej, kiedy TFS dokonywała zastrzyków kapitału.
43. TFS uzyskało większościowy udział w kapitale dnia 12 grudnia 2003 r. Jej kapitał zakładowy wynosi ok. 15 mln PLN. TFS dokonała zastrzyków kapitału do WRJ-Serwis na kwotę ok. 10 mln EUR.
44. Spółka WRJ-Serwis zdołała nabyć własność 9/10 gruntów, które wcześniej należały do HJ i na których położony jest zakład produkcji rur. Dlatego prywatyzacja WRJ jest możliwa wyłącznie, jeśli WRJ zostanie sprzedana wraz z większościowym udziałem w WRJ-Serwis.
45. Komisja uznaje, że WRJ-Serwis obecnie osiąga zyski.
49. Dlatego jeśli chodzi o reguły proceduralne, decyzję zgodną z art. 88 ust. 2 Traktatu WE można podjąć po przystąpieniu Polski do UE, ponieważ przy braku postanowień szczegółowych w protokole nr 8 powinno się stosować zwykłe reguły i zasady. Zatem stosuje się również rozporządzenie Rady (WE) nr 659/1999 z dnia 22 marca 1999 r. ustanawiające szczegółowe zasady stosowania art. 93 Traktatu WE (zwane dalej **»rozporządzeniem proceduralnym«**)⁽¹⁶⁾.
50. Jeśli chodzi o zasady merytoryczne, pkt 3 protokołu nr 8 stanowi, że pomoc państwa na restrukturyzację może być udzielona tylko przedsiębiorstwom wymienionym w załączniku nr 1. Ani HJ, ani WRJ czy WRJ-Serwis nie są wymienione w tym załączniku. W istocie HJ nie ma na w tym wykazie, ponieważ Polska przyjęła, że spółka zostanie zlikwidowana.

IV. OCENA

1. Obowiązujące prawo

46. Pkt 1 protokołu nr 8 do Traktatu o przystąpieniu w sprawie restrukturyzacji polskiego hutnictwa żelaza i stali⁽¹⁴⁾ (zwanego dalej »protokołem nr 8«) stanowi, że »nie naruszając postanowień artykułu 87 i 88 Traktatu WE, pomoc państwa udzielaną przez Polskę dla celów restrukturyzacji na rzecz określonych części polskiego hutnictwa uznaje się za zgodną ze wspólnym rynkiem«, jeżeli m.in. spełnione są warunki określone w tym protokole.
47. Okres karencji na udzielanie polskiemu przemysłowi stalowemu pomocy na restrukturyzację w ramach układu europejskiego został przedłużony przez Radę do momentu przystąpienia Polski do UE. Ustalenie to potwierdzono w protokole nr 8 w ramach przystąpienia Polski do UE. Aby cel ten mógł zostać osiągnięty przewidziano dla niego ramy czasowe obejmujące okres przed przystąpieniem Polski do UE, a także okres po przystąpieniu. Dokładniej rzecz ujmując, dopuszcza się ograniczoną kwotę pomocy na cele restrukturyzacji w latach 1997-2003 dla określonych przedsiębiorstw i zakazuje wszelkiej innej pomocy państwa na cele restrukturyzacji dla polskiego przemysłu stalowego w latach 1997-2006. W tym względzie zapisy te wyraźnie różnią się od innych postanowień Traktatu o przystąpieniu, dotyczących np. mechanizmu przejściowego określonego w załączniku IV (»procedura dotycząca istniejącej pomocy«), które dotyczą jedynie pomocy państwa udzielanej przed przystąpieniem w takim stopniu, w jakim »ma nadal zastosowanie po« dacie przystąpienia. Protokół nr 8 można więc postrzegać jako *lex specialis*, które, w zakresie spraw jakich dotyczy, zastępuje inne postanowienia Aktu przystąpienia⁽¹⁵⁾.
48. W związku z tym, jako że art. 87 i 88 Traktatu ustanawiającego Wspólnotę Europejską nie ma zazwyczaj zastosowania do pomocy udzielonej przed przystąpieniem, która nie ma zastosowania po przystąpieniu, postanowienia protokołu nr 8 rozszerzają kontrolę nad pomocą państwa w ramach Traktatu WE na wszelką pomoc udzielaną na restrukturyzację polskiego hutnictwa w latach 1997-2006.
51. Ponadto w punkcie 6 akapit trzeci protokołu nr 8 zakazano udzielania jakiegokolwiek dodatkowej pomocy państwa na cele restrukturyzacji na rzecz polskiego hutnictwa. W tym celu w pkt 18 protokołu nr 8 upoważniono Komisję do podejmowania »odpowiednich środków, na mocy których każda spółka będzie zobowiązana do zwrotu otrzymanej pomocy«, jeżeli proces monitorowania restrukturyzacji wykaże niezgodności w wyniku udzielenia »dodatkowej niezgodnej pomocy państwa na rzecz hutnictwa«.
52. Komisja zauważa, że zakaz ten stosuje się również do beneficjentów, ponieważ zakres KPR, a w konsekwencji również protokołu nr 8, nie jest ograniczony do zakresu załącznika nr 1 do Traktatu EWWiS. Zamiast tego protokół nr 8 i KPR obejmują również niektóre części sektora stalowego nie objęte Traktatem EWWiS⁽¹⁷⁾, w szczególności rury bez szwu i duże rury zgrzewane. Jest to zgodne z definicją stali w ramach zasad WE dotyczących pomocy państwa⁽¹⁸⁾, która obowiązywała w momencie wejścia w życie protokołu nr 8, ale która wynika przede wszystkim z zakresu KPR.
53. W istocie połowa beneficjentów w ostatecznym KPR to producenci rur, mianowicie Huta Andrzej S.A. w upadłości, Huta Batory S.A. w upadłości, Huta Pokój, Technologie Buczek (wcześniej Huta Buczek) oraz spółka zależna przedsiębiorstwa Mittal Steel Poland (były PHS). W istocie Komisja zaakceptowała fakt, że KPR dotyczy w Polsce rur (jak we wszystkich innych państwach, które skorzystały z podobnego odstępstwa na mocy protokołu nr 2 do układu europejskiego), ponieważ producentami rur w Europie Środkowej i Wschodniej byli głównie producenci rur bez szwu, którzy tradycyjnie musieli również samodzielnie wytwarzać swoje produkty stalowe, a nie tylko kupowali gotowe produkty stalowe i zgrzewali je. Ponieważ tacy producenci rur byli także w stanie wytwarzać półprodukty stalowe, np. metalowe pręty, proces restrukturyzacji rozszerzono na wszystkich producentów rur (nawet tych produkujących rury zgrzewane). W związku z tym również zakaz udzielania dodatkowej pomocy powinien mieć zastosowanie także do producentów rur.

⁽¹⁴⁾ Dz.U. L 236 z 23.9.2003, str. 948.

⁽¹⁵⁾ Por. decyzja Komisji z dnia 5 lipca 2005 r. w sprawie C 20/04 Huta Częstochowa (Dz.U. L 366, 2006, str. 1).

⁽¹⁶⁾ Dz.U. L 83, 1999, str. 1.

⁽¹⁷⁾ Patrz Dz.U. C 320, 1998, str. 3.

⁽¹⁸⁾ Patrz załącznik B wielosektorowych zasad ramowych (Dz.U. C 70, 2002, str. 8), który został zastąpiony załącznikiem I Wytocznych w sprawie krajowej pomocy regionalnej na lata 2007-2013 (Dz.U. C 54, 2006, str. 13).

54. W istocie spółka HJ wyraźnie uczestniczyła w programie restrukturyzacji i jest wyraźnie kilka razy wymieniona w KPR. Ponieważ wówczas przewidywano jej likwidację (ze względu na jej upadłość w 2002 r.), co było warunkiem uniemożliwiającym spółce otrzymanie pomocy, nie została uznana za potencjalnego beneficjenta. Ponadto wyraźnie stwierdzono, że kontynuacja działalności HJ jest realna tylko »w przypadku pokonania obecnych trudności finansowych bez publicznej pomocy finansowej«⁽¹⁹⁾. Ponadto KPR realizuje projekt WRJ i nie wskazuje, że na jego ukończenie będzie potrzebna pomoc finansowa.
55. Biorąc pod uwagę fakt, że spółka HJ uczestniczyła w programie restrukturyzacji hutnictwa żelaza i stali, który oficjalnie rozpoczął się w 1998 r., lecz musiał być omawiany już wcześniej, Komisja jest zdania, że państwa członkowskie i beneficjenci mieli świadomość, że nie będą kwalifikować się do pomocy w ramach programu restrukturyzacji hutnictwa żelaza i stali, ani nie będą mogli otrzymać pomocy na restrukturyzację poza KPR.
56. W związku z tym Komisja stwierdza, że zakaz udzielania pomocy nie wchodzącej w zakres KPR i protokołu nr 8 ma zastosowanie również do HJ, WRJ i WRJ-Serwis. Obejmuje to cały okres obowiązywania KPR, tj. od 1997 r. do 2006 r.

2. Istnienie pomocy państwa

57. Stwierdzenie, czy udzielono dodatkowej pomocy państwa, zależy od tego, czy środki te stanowią pomoc państwa w rozumieniu art. 87 ust. 1 Traktatu WE⁽²⁰⁾, zgodnie z którym wszelka pomoc przyznawana przez państwo członkowskie lub przy użyciu zasobów państwowych w jakiegokolwiek formie, która zakłóca lub grozi zakłóceniem konkurencji poprzez sprzyjanie niektórym przedsiębiorstwom, w zakresie, w jakim wpływa na wymianę handlową między państwami członkowskimi, jest niezgodna ze wspólnym rynkiem.
58. Komisja przypomina, że art. 87 ust. 1 TWE dotyczy interwencji, które — występując w różnych formach — zmniejszają obciążenia budżetu przedsiębiorstwa i tym samym, nie stanowiąc subwencji sensu stricto, mają podobny charakter i identyczne skutki. Dlatego wszelkie interwencje publiczne, które przynoszą przedsiębiorstwu korzyści, są zazwyczaj pomocą państwa, chyba że taka sama interwencja finansowa zostałaby również przeprowadzona przez inwestora prywatnego działającego w normalnych warunkach gospodarki rynkowej. Zgodnie z orzecznictwem taki inwestor prywatny oczekuje odpowiedniej stopy zwrotu z inwestycji⁽²¹⁾ i dlatego działa szczególnie ostrożnie, jeśli przedsiębiorstwo ma trudności finansowe. W istocie jeśli przedsiębiorstwo ma trudności lub działa w branży dotkniętej szczególnymi trudnościami,

normalnie nieuzasadnione jest oczekiwanie odpowiednio wysokiej stopy zwrotu, co sprawia, że wszelkie inwestycje podejmowane w takiej sytuacji nie są oparte na zasadach gospodarki rynkowej⁽²²⁾.

59. Jeśli chodzi o interwencje TFS w WRJ, Komisja przyjmuje, że WRJ była w trudnej sytuacji w momencie interwencji⁽²³⁾. W istocie WRJ miała problemy z płynnością od momentu wstrzymania przez banki finansowania projektu w 2000 r. Ponieważ spółka nie prowadziła produkcji, nie miała źródeł dochodów, co powodowało wzrost zobowiązań. Zaprzestanie prac przez spółkę w 2001 r. pokazało, że nie jest już w stanie uzyskać więcej środków. Dlatego Komisja przyjmuje, że spółka WRJ była w trudnej sytuacji co najmniej od 1 stycznia 2001 r.
60. Występowanie takich trudności powinno w zasadzie odwieść inwestora prywatnego od inwestycji w WRJ. Dotyczy to szczególnie sytuacji, w których spółka nie mogła uzyskać środków na rynku kapitałowym⁽²⁴⁾.
61. W niniejszej sprawie oczywiste jest, że instytucje finansowe najwyraźniej odmówiły dalszego finansowania projektu WRJ. Nawet inni udziałowcy nie byli skłonni do dodatkowych zastrzyków kapitału, a nawet gdyby byli, nie byłoby one oparte na takich samych warunkach i racjonalnych przesłankach ekonomicznych jak w przypadku inwestora prywatnego, ponieważ istniejący udziałowcy byli już »zablokowani poprzednimi inwestycjami« (»locked in«)⁽²⁵⁾. Dlatego spółka WRJ nie byłaby już w stanie uzyskać dodatkowych środków finansowych na rynku kapitałowym.
62. Komisja przyjmuje nawet, że gdyby TFS stale nie dokonywało dodatkowych zastrzyków kapitału do spółki lub nie udzielała jej zabezpieczeń, już w 2001 r. zostałaby ona postawiona w stan likwidacji, kiedy po raz pierwszy TFS zaczęła udzielać zabezpieczeń. Przykładem tego jest pożyczka od ING, którą TFS przejęła w 2003 r. za 80 % wartości nominalnej.

⁽¹⁹⁾ Patrz KPR z marca 2003 r., pkt 5.3, str. 77.

⁽²⁰⁾ Jak również pomoc państwa w rozumieniu art. 4 lit c Traktatu EWWiS, zob. połączone sprawy T- T-129/95, T-2/96 oraz T-97/96 *Neue Maxhütte Stahlwerke* REC II-17, pkt 100.

⁽²¹⁾ Połączone sprawy T-228/99 i T-233/99 *Westdeutsche Landesbank Girozentrale* [2003] REC II-435, pkt 314.

⁽²²⁾ Komisja wyraziła swoje stanowisko w różnych komunikatach, tj. Zastosowanie art. 92 i 93 Traktatu EWG do udziałów władz publicznych (Biuletyn WE 9-1984), pkt 3.3 oraz komunikat dotyczący przedsiębiorstw publicznych w sektorze wytwórczym (Dz.U. C 307, 1993, str. 3).

⁽²³⁾ »Komisja uważa przedsiębiorstwo za zagrożone, jeżeli ani przy pomocy środków własnych, ani środków, które mogłoby uzyskać od udziałowców/akcjonariuszy lub wierzycieli, nie jest ono w stanie zapobiec stratom, które bez zewnętrznej interwencji władz publicznych prawie na pewno doprowadzą to przedsiębiorstwo do zniknięcia z rynku w perspektywie krótko- lub średnioterminowej«. Wskazanie to znajduje się w pkt 9 Wytocznych wspólnotowych dotyczących pomocy państwa w celu ratowania i restrukturyzacji zagrożonych przedsiębiorstw (Dz.U. C 244, 2004, str. 2).

⁽²⁴⁾ Zgodnie z orzecznictwem: sprawa C-305/89 *Alfa Romeo* [1999] REC I-1603, pkt 19 i 20 oraz C-482/99 *Stardust Marine* [2002] REC I-4397, pkt 72.

⁽²⁵⁾ Decyzja Komisji w sprawie C25/2002 *Carsid* (Dz.U. L 47, 2005, str. 28, pkt 67-70).

63. Ponadto brak zaktualizowanego planu restrukturyzacji również uniemożliwiłby w tym przypadku dokonanie oceny przez hipotetycznego inwestora prywatnego. Według orzecznictwa przy rozpatrywaniu inwestycji w przedsiębiorstwo będące w trudnej sytuacji finansowej, inwestor prywatny żądałby przedstawienia kompleksowego planu restrukturyzacji⁽²⁶⁾. Komisja ma wątpliwości co do tego, czy przedstawiony przez WRJ biznes plan można uznać za plan restrukturyzacji. Ponadto Komisja ma również wątpliwości co do tego, czy jakkolwiek tego typu plan mógłby w latach 2001-2002 zapewnić obietnicę odpowiednio wysokiej stopy zwrotu, zważywszy że pozytywne prognozy dla przemysłu stalowego pojawiły się dopiero w drugiej połowie 2003 r.
64. Ponadto Komisja nie widzi przyczyn, z których inwestycje TFS miałyby zostać dokonane również przez inwestora prywatnego w świetle zamiaru prywatyzacji spółek. W świetle kwoty pomocy publicznej udzielonej już WRJ, TFS nie może polegać na teście inwestora prywatnego w 2007 r., twierdząc, że restrukturyzacja stanowi obietnicę wyższych przychodów niż likwidacja. Komisja przypomina, że samo istnienie wcześniejszej pomocy dla przedsiębiorstwa, zgodnie z orzecznictwem wspólnotowym⁽²⁷⁾ uniemożliwia postrzegania danej sprawy z perspektywy hipotetycznego inwestora prywatnego, ponieważ taki inwestor nie dokonałby już pierwotnej inwestycji, gdyż w przeciwnym razie nie byłaby to pomoc.
65. Podsumowując, Komisja ma poważne wątpliwości, czy zastrzyki kapitału do WRJ dokonane przez TFS spełniały test inwestora prywatnego.
66. Jeśli chodzi o interwencje TFS w spółce WRJ-Serwis, Komisja z tych samych przyczyn również ma wątpliwości, czy zastrzyki kapitału spełniają test inwestora prywatnego. Ponieważ spółka WRJ-Serwis była w trudnej sytuacji w 2003 r., wątpliwe jest, czy jakkolwiek inwestycja dawałaby obietnicę odpowiednio wysokiej stopy zwrotu. Polska dowodzi, że zostały one dokonane głównie w celu przejęcia kontroli nad gruntami WRJ. Ponieważ jednak nabycie WRJ jako takie nie jest objęte zasadą inwestora prywatnego, również nabycie dodatkowych praw nie powinno być zgodne z zachowaniem hipotetycznego inwestora prywatnego.
67. Jeśli chodzi o gwarancję polskich władz udzieloną WRJ, Komisja nie ma pewności, czy prywatny inwestor udzieliłby takiego zabezpieczenia. Jasne jest, że WRJ nie była w trudnej sytuacji w 1997 r., więc gwarancja państwa mogłaby nie być pomocą państwa, gdyby została udzielona za odpowiednią opłatą i na warunkach dogodnych dla potencjalnego inwestora prywatnego⁽²⁸⁾. Jednak jest to mniej prawdopodobne w przypadku zwiększenia gwarancji

⁽²⁶⁾ Por. sprawa T-126/96 i T-127/96 *BFM and EFIM* [1998] REC II-3437, pkt 86. Również sprawa T-318/00 *Freistaat Thüringen przeciwko Komisji* (CDA Albrechts) [2005] Zb.Orz. II-4179.

⁽²⁷⁾ Sprawa T-11/95 *BP Chemicals* [1998] REC II-3235, pkt 170 i 179, w której Trybunał orzekł, że zastrzyku kapitału nie można oceniać w oderwaniu od trwającej restrukturyzacji. Innymi słowy orzekł, że jeśli przedsiębiorstwo w trudnej sytuacji finansowej otrzymało już pomoc na restrukturyzację, inna pomoc finansowa normalnie nie powinna przejść pozytywnie testu inwestora prywatnego.

⁽²⁸⁾ Zgodnie z Obwieszczeniem Komisji w sprawie stosowania art. 87 i 88 Traktatu o WE do pomocy państwowej w formie gwarancji (Dz.U. C 71, 2000, str. 14).

w 2002 r., ponieważ było wówczas oczywiste, że spółka jest w trudnej sytuacji, co opisano szczegółowo powyżej. Dlatego Komisja ma również wątpliwości, czy gwarancja państwa na rzecz TFS nie zawiera elementów pomocy państwa.

3. Zgodność pomocy

68. Komisja nie widzi jakichkolwiek podstaw, aby stwierdzić, że jakkolwiek część pomocy państwa na rzecz WRJ i WRJ-Serwis mogłaby zostać uznana za zgodną ze wspólnym rynkiem, zważywszy że pomoc ta nie jest objęta protokołem nr 8 oraz że inwestycje i pomoc na restrukturyzację dla przemysłu stalowego miała miejsce w latach 1997-2006 zgodnie z protokołem nr 8, a później była zakazana zgodnie z zasadami WE⁽²⁹⁾.

4. Beneficjent pomocy

69. Komisja stwierdza również, że jak dotychczas rzeczywistymi beneficjentami pomocy są spółki WRJ i WRJ-Serwis. W przypadku sprzedaży aktywów lub udziałów beneficjentów stronom trzecim Komisja zbada warunki tego przeniesienia w celu stwierdzenia, czy miało również miejsce przeniesienie korzyści lub udzielonej pomocy.

V. PODSUMOWANIE

70. Niniejszą decyzję uważa się za decyzję o wszczęciu formalnego postępowania wyjaśniającego w rozumieniu art. 88 ust. 2 Traktatu WE i rozporządzenia Rady (WE) nr 659/1999. Komisja, działając zgodnie z procedurą ustanowioną w art. 88 ust. 2 Traktatu WE, zwraca się do Polski z prośbą o przedstawienie swoich uwag i dostarczenie wszelkich informacji, które mogłyby być użyteczne do celów oceny pomocy, w terminie jednego miesiąca od dnia otrzymania niniejszego pisma. W szczególności należy dostarczyć:

- informacje dotyczące warunków gwarancji państwa, z dokładnym określeniem kiedy i jak została udzielona;
- informacje o sytuacji finansowej WRJ w latach 2000, 2001 i 2002 oraz w szczególności wszelkie istniejące wówczas biznes plany;
- informacje dotyczące innych form pomocy udzielonej WRJ przez TFS, nie ujętych w decyzji, a także innych form pomocy udzielonej w latach 2001-2007 przez inne podmioty, które można przypisać państwu polskiemu;
- informacje dotyczące nabycia przez TFS roszczeń innych wierzycieli;

⁽²⁹⁾ UE nie zezwała na pomoc państwa na restrukturyzację sektora stalowego. Patrz Komunikat Komisji w sprawie pomocy na ratowanie i restrukturyzację oraz na zamykanie zakładów sektora stali (Dz.U. C 70, 2002, str. 21). Również pomoc inwestycyjna jest zabroniona zgodnie z Wytycznymi w sprawie krajowej pomocy regionalnej na lata 2007-2013 (Dz.U. C 54, 2006, str. 13).

- dodatkowe informacje o sytuacji finansowej WRJ-Serwis w 2003 r., jeżeli takie są dostępne, oraz w szczególności wszelkie istniejące wówczas biznes plany;
 - informacje dotyczące innych form pomocy udzielonej WRJ-Serwis w latach 2003-2007 przez TFS lub inne podmioty, które można przypisać państwu polskiemu;
 - wszelkie decyzje UOKiK, które są istotne w tej sprawie.
71. Komisja zwraca się do Polski z prośbą o natychmiastowe przekazanie kopii niniejszego pisma spółkom WRJ i WRJ-Serwis.
72. Komisja pragnie zwrócić uwagę na pkt 18 lit. c) protokołu nr 8 w powiązaniu z art. 14 rozporządzenia Rady (WE) nr 659/1999, który przewiduje możliwość odzyskania przez państwo członkowskie od beneficjenta wszelkiej niezgodnej z prawem pomocy.
73. Komisja uprzedza Polskę, że udostępni zainteresowanym stronom informacje, publikując niniejsze pismo wraz z jego streszczeniem w *Dzienniku Urzędowym Unii Europejskiej*. Poinformuje również zainteresowane strony w krajach EFTA, będących sygnatariuszami Porozumienia EOG, publikując zawiadomienie w Suplemencie EOG do *Dziennika Urzędowego Unii Europejskiej* oraz poinformuje Urząd Nadzoru EFTA, przesyłając kopię niniejszego pisma. Wszystkie zainteresowane strony zostaną wezwane do przedstawienia uwag w ciągu jednego miesiąca od dnia publikacji.»
-

Notificação prévia de uma concentração
(Processo COMP/M.4927 — Carlyle/INEOS/JV)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2007/C 282/15)

1. A Comissão recebeu, em 16 de Novembro de 2007, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho ⁽¹⁾, através da qual Carlyle Partners IV L.P («Carlyle», EUA), pertencente ao Carlyle Group, e INEOS Group Ltd («INEOS», Reino Unido) adquirem, na acepção do n.º 1, alínea a), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo conjunto da empresa Newco («Newco», EUA), mediante a aquisição de acções numa nova sociedade criada sob a forma de uma empresa comum.

2. As actividades das empresas em causa são:

— Carlyle: fundo de capitais de investimento (*private equity*),

— INEOS: produtos petroquímicos, especialidades químicas e produtos petrolíferos,

— Newco: especialidades químicas inorgânicas, incluindo silicatos, sílicas e outras especialidades químicas semelhantes.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CE) n.º 139/2004. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as suas eventuais observações sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão no prazo de 10 dias após a data de publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax [(32-2) 296 43 01 ou 296 72 44] ou pelo correio, com a referência COMP/M.4927 — Carlyle/INEOS/JV, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo das Concentrações
J-70
B-1049 Bruxelles/Brussel

(1) JOL 24 de 29.1.2004, p. 1.

OUTROS ACTOS

COMISSÃO

Publicação de um pedido de registo em conformidade com o n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 510/2006 do Conselho relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios

(2007/C 282/16)

A presente publicação confere um direito de oposição nos termos do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 510/2006 do Conselho ⁽¹⁾. As declarações de oposição devem dar entrada na Comissão no prazo de seis meses a contar da data da presente publicação.

RESUMO

REGULAMENTO (CE) N.º 510/2006 DO CONSELHO

«CEUFS DE LOUE»

N.º CE: FR/PGI/005/0356/28.07.2004**DOP () IGP (X)**

A presente ficha-resumo expõe os principais elementos do caderno de especificações, para efeitos de informação.

1. Serviço competente do Estado-Membro:

Nome: Institut National de l'Origine et de la Qualité
Endereço: 51, rue d'Anjou
F-75008 Paris
Telefone: (33) 153 89 80 00
Fax: (33) 142 25 57 97
E-mail: info@inao.gouv.fr

2. Agrupamento:

Nome: Syndicat des Volailles Fermières de Loué — SYVOL QUALIMAINÉ
Endereço: 82, avenue Rubillard
F-72000 Le Mans
Telefone: (33) 243 39 93 13
Fax: (33) 243 23 42 19
E-mail: info@loue.fr
Composição: Produtores/transformadores (X) Outra ()

3. Tipo de produto:

Classe 1.4: Outros produtos de origem animal (ovos, mel, produtos lácteos diversos excepto manteiga, etc.)

(1) JOL 93 de 31.3.2006, p. 12.

4. Caderno de especificações

[Resumo dos requisitos previstos no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 510/2006]

4.1. Nome: «Œufs de Loué»

4.2. *Descrição*: Ovos de galinhas poedeiras com casca de cor amarela-torrada; ovos com gema (vitelo) de cor amarela-palha quando crus; ovos de clara (albumina) consistente e translúcida quando crus; ovos de sabor aveludado; ovos de peso superior ou igual a 48 gramas, com a casca; ovos vendidos extra-frescos, frescos ou com indicação do dia da postura; ovos comercializados em caixas ou em unidades.

4.3. Área geográfica: As explorações de galinhas poedeiras situam-se na seguinte área geográfica:

Departamento de Sarthe; departamento de Mayenne; no departamento de Orne, de Indre et Loire, de Loir et Cher, de Eure et Loir: os cantões limítrofes; no departamento de Maine et Loire: a circunscrição de Segré e os cantões de Louroux-Béconnais, Saint-Georges-sur-Loire, Angers, Tiercé, Durtal, Seiches-sur-le-Loir, Baugé, Beaufort-en-Vallée, Noyant, Longué-Jumelles, Allonnes (parte situada a norte do Loire).

4.4. Prova de origem: Todos os membros do sector estão inscritos num repertório (criadores, fabricantes de alimentos, centros de acondicionamento).

Cada lote de galinhas é objecto de registos documentais em cada fase: certificados de origem, notas de entrega, fichas de criação, etc. Da mesma forma, a produção de ovos é registada diariamente (livro de postura) e seguida, até ao centro de acondicionamento, por dia de postura (notas de recolha dos ovos, fichas de calibragem, fichas de numeração individual da embalagem).

Por último, cada ovo é claramente identificado graças à marcação da casca com o nome do produtor e a denominação «LOUE».

A rastreabilidade do produto é assegurada por controlos de coerência dessas informações.

4.5. Método de obtenção: Os «œufs de Loué» são produzidos a partir de:

- Galinhas do campo (*poules fermières*) criadas em bandos pequenos, ao ar livre e no solo, em galinheiro com ventilação e iluminação naturais,
- Galinhas alimentadas com cereais provenientes da região de produção,
- Raças específicas de galinhas adaptadas à criação, em espaços exteriores, de galinhas poedeiras de ovos de casca de cor amarela-torrada,

O produtor recolhe os ovos várias vezes por dia no galinheiro, efectua uma selecção manual dos ovos e armazena-os a temperatura controlada na exploração.

Os ovos são, em seguida, recolhidos várias vezes por semana e transportados para um centro de embalagem específico.

O centro de embalagem efectua uma selecção e uma marcação individual dos ovos na casca.

4.6. Relação:

Uma reputação estabelecida

Durante dois séculos, a boa saúde económica da vila de Loué, sede de cantão em Sarthe, assentou na forte actividade do seu mercado semanal e de quatro feiras anuais, das quais a mais célebre e importante é a feira de Envoi. A reputação dos ovos e outras aves de capoeira era tal que esses produtos eram sempre pagos a preços superiores aos dos outros mercados. Hoje ainda, os «œufs de Loué» são os mais caros do mercado. Entre os ovos de galinhas criadas no exterior, a fama dos «œufs de Loué», regularmente constatada, não tem igual em França.

Uma qualidade específica

A qualidade específica dos «œufs de Loué», que lhes dá a sua actual reputação, está ligada a quatro critérios: alimentação das galinhas, criação no exterior, saber-fazer de um sector e raça específica adaptada.

- Uma alimentação proveniente da zona de criação

Produtora de trigo e de milho, a região de criação das galinhas do campo de Loué (*) fornece o essencial da alimentação destas galinhas. Os cereais dão aos ovos uma cor naturalmente amarela «palha».

Além disso, está demonstrado que a erva debicada pela galinhas quando procuram alimentos no exterior tem igualmente um papel significativo na qualidade dos ovos.

— Uma criação em grandes espaços exteriores

Os ovos provêm das galinhas de Loué criadas ao ar livre. Esses espaços exteriores, necessariamente vastos, com erva e sombra, são ao mesmo tempo a despensa, a área de exercício e o abrigo das galinhas durante o dia.

Com um clima de tipo oceânico temperado, as galinhas têm quotidianamente acesso ao exterior; por sua vez, a precipitação repartida ao longo do ano assegura a abundância de erva.

— Um saber-fazer específico

Produção importante para a região de Loué até ao início dos anos setenta, a venda de «œufs de Loué» declinou com a especialização em aves de capoeira dos expedidores de manteiga, ovos e aves de capoeira (BOV — *beurre, œufs, volailles*). Foi a pedido dos profissionais do comércio dos ovos que, em 1987, os agricultores de Loué (*Fermiers de Loué*) relançaram esta produção. Desenvolveram métodos especiais de produção de ovos, apoiando-se no seu saber-fazer, reconhecido desde 1959, em matéria de criação, alimentação das galinhas, condições climáticas, cultivo dos cereais e paisagem, que permitem a criação de galinhas ao ar livre durante todo o ano na região de Loué.

— Uma raça adaptada

Graças ao seu saber-fazer na selecção genética de aves de capoeira de campo, para carne, de crescimento lento, os agricultores de Loué criam galinhas de ovos de casca amarela-torrada cujos critérios de selecção se orientam para a rusticidade para a vida no exterior e para a qualidade intrínseca do ovo.

4.7. *Estrutura de controlo:*

Nome: QUALI OUEST
Endereço: 30, rue du Pavé
F-72000 Le Mans
Telefone: (33) 243 14 21 11
Fax: (33) 243 14 27 32
E-mail: qualiouest@qualiouest.com

4.8. *Rotulagem:* Œufs de Loué
